

MARCELLA SCHIAVON

ABANDONO DE RECÉM-NASCIDOS: UM ESTUDO TEÓRICO

Trabalho de conclusão de curso  
como exigência parcial para a  
graduação no curso de Psicologia,  
sob orientação da Profa. Dra. Rosa  
Maria Tosta

Pontifícia Universidade Católica  
São Paulo  
2007

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus familiares que me aturaram neste período de realização do TCC, dividindo o computador e agüentando meu estresse.  
Agradeço meu namorado por tanta compreensão e paciência comigo.  
Agradeço aos supervisores que me auxiliaram neste processo e que tiveram muita paciência.

Marcella Schiavon: Abandono de recém-nascidos: Um estudo teórico, 2007-10-17

Orientadora: Profa. Dra. Rosa Maria Tosta

Palavras-chave: bebês recém-nascidos; abandono; psicanálise

### **Resumo**

Começaram a ser divulgados nas mídias diversos casos de abandono de recém nascidos, muitos deles encontrados em condições de risco extremo de vida e com poucas horas de nascido. Este trabalho é teórico e visa compreender o que ocorre para que estas mulheres abandonem seus filhos nestas condições e com esta característica de muito pouco tempo de vida, com o intuito de que medidas profiláticas possam ser realizadas para que nem mãe, nem bebê sejam lesados neste momento de vida. Atualmente, temos diversas medidas contraceptivas, melhores condições na assistência a gestante e a opção do parto anônimo, no

qual a mulher pode optar por encaminhar seu filho a adoção sem qualquer tipo de exposição de ambos. Mas é claro que estas medidas são concretas e este trabalho visou verificar os aspectos psicológicos envolvidos. Para isto organizamos o trabalho em três capítulos: **Histórico e contextualização cultural – mito do amor materno; Constituição da maternidade na mulher e Experiências psicológicas: gravidez, parto e puerpério.** A partir desta fundamentação, levantamos hipóteses que estão relacionadas ao porque estas mulheres abandonam seus recém-nascidos: Negação da castração, considerando o filho como equação simbólica; a importância de se ter alguém que possa ser depositário das angústias do parto, livrando a criança deste papel, dando a possibilidade de investimento materno e o fato de poder ser mãe estar diretamente relacionado com o fato de ter sido filha, assim, a mulher que abandona, possivelmente possui questões de não ter sido cuidada.

## SUMÁRIO

I – INTRODUÇÃO:	
I.1 – REPORTAGENS SOBRE ABANDONO.....	07
I.2 – LEIS SOBRE ABANDONO.....	14
I.3 – PROPOSTA DE ESTUDO.....	16
II – CAPÍTULO I:	
HISTÓRICO E CONTEXTUALIZAÇÃO CULTURAL – MITO DO AMOR MATERNO.....	22
III – CAPÍTULO II:	
CONSTITUIÇÃO DA MATERNIDADE NA MULHER.....	27
IV – CAPÍTULO III:	
EXPERIÊNCIAS PSICOLÓGICAS: GRAVIDEZ, PARTO E PUERPÉRIO.....	37
V – CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	45
VII – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	49

### **I.1 – REPORTAGENS SOBRE ABANDONO**

## **“BEBÊ DE POUCAS HORAS DE VIDA É ENCONTRADO NO INTERIOR DE SP”**

Um recém-nascido com poucas horas de vida foi encontrado na manhã de quinta-feira em Lins (446 km a norte de São Paulo). A criança – um menino de 53 cm e 3,1 kg – foi levado à Santa Casa da cidade e passa bem.

O bebê estava enrolado em uma manta em um terreno baldio. Pessoas que passavam pelo local viram o cobertor se mexendo e acharam a criança. A Polícia Militar foi acionada e levou a criança ao hospital.

Os médicos acreditam que o bebê havia nascido cerca de duas horas antes. Ele ainda tinha o cordão

umbilical preso à barriga e formigas sobre o corpo. “O calor era muito forte na hora. Se ele permanecesse mais duas ou três horas sob o sol, teria morrido”, avalia o diretor técnico da Santa Casa, Ronaldo Queiroz.

O bebê foi internado na UTI neonatal, mas já foi levado para o berçário da Santa Casa, onde permanece hoje.

Segundo o diretor do hospital, cerca de 20 famílias já se ofereceram para adotar a criança. “O Conselho Tutelar e o Ministério Público já foram acionados. Agora cabe a Justiça definir o destino dele”, diz Queiroz. (Folha Online, 09/03/2007)

## **“MULHER QUE FINGIU TER ACHADO FILHO ABANDONADO FICARÁ COM A CRIANÇA”**

A jovem de 20 anos que fingiu ter encontrado o próprio filho abandonado em uma trilha, horas após o parto, obteve a guarda dele na vara da Infância e da Juventude de

Jacareí (75 km a leste de São Paulo), na segunda-feira (26). O caso corre em segredo de Justiça.

Segundo a Polícia Civil, a moça deu a luz ao menino sozinha, na

madrugada do último dia 20. Logo que amanheceu, ela amamentou a criança, foi à trilha e fingiu tê-la encontrado. Em casa, ela pediu ao padraсто que levasse a criança à delegacia e agisse como se ele próprio tivesse resgatado o bebê.

Em depoimento, ainda segundo a Polícia Civil, a mulher confessou que armou o encontro da criança para adotá-la sem magoar a mãe que não

sabia da gravidez. O pai do recém-nascido está desaparecido. Ele, a moça e o bebê passarão por exames de DNA.

Mesmo com o esclarecimento do caso, a jovem foi indiciada pela Polícia Civil por abandono de incapaz. Ela deverá responder ao processo em liberdade, mas pode ser condenada a seis meses a dois anos de prisão. (Folha Online, 27/02/2007)

### **“BEBÊ É ABANDONADO EM TERRENO BALDIO EM BELO HORIZONTE”**

Um bebê recém-nascido foi salvo por policiais militares no início da tarde desta segunda-feira, 22, após ser abandonado em um terreno baldio. Dentro de uma sacola de plástico, no bairro Cabana, na região oeste de Belo Horizonte.

A suspeita da PM é que a criança do sexo feminino tenha sido deixada no local pela própria mãe. Os policiais chegaram ao local após uma denúncia anônima. De acordo com o sargento Carlos Roberto de Souza, a

menina foi encontrada ainda com o cordão umbilical, ensangüentada e enrolada numa toalha, dentro da sacola.

“Isso, infelizmente, está virando prática. Se tivéssemos demorado um pouco, ela teria morrido. Quando chegamos, ela já estava toda roxa”, comentou o sargento. “Suspeitamos que foi a mãe que praticou este ato”. O local onde a criança foi encontrada foi descrito por uma mulher, que telefonou para a PM às 12h20.

A recém-nascida foi levada para o centro de Saúde Waldomiro Lobo, nas proximidades. Os médicos constataram que ela havia nascido há cerca de uma hora. A menina é

morena clara, mede 48,5 centímetros e pesa 3,45 quilos. (Eduardo Kattah, Cidades, jornal O Estado de São Paulo, 22 de maio de 2006)

### **“BEBÊ ENTERRADO VIVO POR 3H EM MG SOBREVIVE”**

Ainda com o cordão umbilical enrolado no pescoço, um recém nascido foi enterrado vivo em Governador Valadares (MG) na madrugada de anteontem e ficou três horas sob dez centímetros de terra. O bebê, um menino, foi resgatado com vida e ontem permanecia internado na UTI. Os pais – um jovem lavrador de 20 anos e uma estudante de 16 – são os principais suspeitos da tentativa de homicídio.

Segundo boletim de ocorrência, a mãe, L.E.P, teria decidido enrolar a criança num pano e enterrá-la num pasto, a 600 metros do local do parto, logo depois de dar à luz ao menino. A adolescente contou à família que o bebê tinha nascido morto. Mas os parentes da jovem não acreditaram e foram com vizinhos ao local.

“Vimos a terra mexer e começamos a cavar. Quando achamos o pezinho,

coloquei a mão por baixo e levantei. Era a criança. Estava respirando, mas um pouquinho gelada”, contou uma amiga da família, Marina Rocha. “Ele chorou e sai gritando para ver se conseguíamos um carro para levá-la ao hospital.”

Segundo o inspetor Hélio Castro de Souza, da Delegacia de Homicídios de Valadares, um crânio de cavalo foi colocado sobre o local onde a criança foi enterrada. Na manhã de anteontem, policiais prenderam em flagrante o pai do bebê, Marcondes de Paula, suspeito de ter ajudado a garota no parto e no enterro do próprio filho.

O bebê, de 2,8 quilos, deu entrada no hospital sujo de areia e terra, com batimento cardíaco fraco e dificuldade de respirar. Ontem, seu estado era estável e ele estava sendo medicado com antibiótico para evitar infecções. Médicos acreditam que o bebê foi enterrado de

um modo que permitiu algum tipo de ventilação, o que contribuiu para sua sobrevivência. Ele ficará no hospital até uma decisão judicial sobre sua guarda.

Com forte hemorragia, a mãe foi apreendida e levada ao mesmo hospital do filho, onde estava internada ontem à tarde sob escolta policial. O pai, detido na Cadeia Pública de Valadares, negou

envolvimento com a tentativa de homicídio.

“A gravidez havia sido rejeitada desde o início”, disse o inspetor. “Ela entrou em trabalho de parto sozinha, depois com auxílio ou aquiescência do pai, acabou por enterrar a criança.”(Eduardo Kattah, Cidades, jornal O Estado de São Paulo, 01 de maio de 2007)

**“RECÉM-NASCIDO ABANDONADO EM BELO HORIZONTE CONTINUA SEM IDENTIFICAÇÃO”**



Nenhum responsável pelo menino de três dias de vida que foi abandonado em Belo Horizonte (MG) apareceu para buscá-lo e identificá-lo até o momento. A criança continua no berçário do hospital municipal Odilon Behrens, no bairro de São Cristóvão. Segundo informações da assessoria de imprensa do hospital, o menino deverá permanecer no local até o surgimento de um responsável ou uma decisão do Conselho Tutelar de Minas Gerais, que, provavelmente, só sairá na próxima segunda-feira (21). O menino foi encontrado na esquina das Ruas Osasco e Padre Pedro Pinto, no bairro de Piratinga, na região conhecida como Venda Nova, no norte da cidade de Belo Horizonte (MG).

Segundo a Polícia Militar de Minas Gerais, moradores da rua ouviram o choro de uma criança por volta das 22h da sexta-feira (18) e acionaram a polícia. Ao chegar ao local, os PMs encontraram a criança sem roupas e ainda com o cordão umbilical.

Ainda segundo a assessoria de imprensa do hospital, o garoto passou por exames clínicos. A avaliação médica dá conta que seu estado de saúde é normal e ele não apresenta sinais de maus-tratos.

Ele é branco e pesa 3,095 quilos. O menino permanecerá no setor de observação do hospital à espera de um responsável. Se ninguém procurar a criança, ela será encaminhada ao Conselho Tutelar de Minas Gerais.

O ato contra a criança configura crime de abandono. (Folha Online – 19/05/2007)

**“RECÉM-NASCIDA É ABANDONADA EM TERRENO BALDIO DE SP”**

Uma menina com aproximadamente uma hora de vida foi abandonada, sem roupas nem qualquer proteção, em um terreno baldio próximo a um ponto de ônibus da avenida Presidente João Goulart, no Jardim Mália, na zona sul de São Paulo.

Segundo a Polícia Militar, o bebê foi encontrado por um morador do bairro, por volta da 1h desta quinta-feira. Ao descer do ônibus, ele ouviu um choro vindo do terreno. Foi até o local e encontrou a recém-nascida no chão, nua, ainda com parte do cordão umbilical.

O morador enrolou a criança em um pedaço de pano e chamou um carro

da Polícia Militar que passava pela avenida, em patrulhamento de rotina. Os PMs levaram a criança até o Hospital Estadual do Grajaú, onde ela foi internada.

“O bebê chegou ao hospital com principio de hipotermia, mas agora já está bem. A pediatra calculou que ela tinha nascido há uma hora”, disse o tenente Vitor dos Santos Lima, do 1º Batalhão.

Funcionários do hospital recusaram-se a falar com a reportagem. O abandono da criança será investigado pelos policiais do 48º DP (Cidade Dutra).(Folha Online – 04/04/2007)

## **I.2 - LEIS SOBRE ABANDONO DE RECÉM-NASCIDOS**

### *Abandono de incapaz*

Art. 133. Abandonar pessoa que está sob seu cuidado, guarda, vigilância ou autoridade, e, por qualquer motivo, incapaz de defender-se dos riscos resultantes do abandono:

Pena – detenção, de 06 meses a 03 anos.

§ 1º Se do abandono resulta lesão corporal de natureza grave;

Pena – reclusão, de 01 a 05 anos.

§ 2º Se resulta a morte:

Pena – reclusão, de 04 a 12 anos

### *Aumento de pena*

§ 3º As penas cominadas neste artigo aumentam-se de um terço:

I – se o abandono ocorre em lugar ermo;

II – se o agente é ascendente ou descendente, cônjuge, irmão, tutor ou curador da vítima.

#### *Exposição ou abandono de recém-nascido*

Art.134. Expor ou abandonar recém-nascido.

134.2: A lei é redundante ao descrever a conduta típica, eis que expor e abandonar constituem a ação ou omissão de deixar sem assistência, desamparar, largar o recém-nascido, mas tem-se como expor o crime praticado por ação e abandonar o cometido por omissão. Trata-se também de crime de perigo concreto, exigindo-se a comprovação do risco para a vida ou à saúde criado para a vítima, por tempo juridicamente relevante.

#### *Código Civil*

Título IV – Da tutela e da curatela/ Capítulo I – Da tutela/ Seção I – Dos Tutores

Art. 1.638. *Perderá por ato judicial o poder familiar o pai ou a mãe que:*

*II – deixar o filho em abandono*

Art.1.728. Os filhos menores são postos em tutela: II – em caso de os pais decaírem do poder familiar

Art. 1.734. Os menores abandonados terão tutores nomeados pelo juiz, ou serão recolhidos a estabelecimento público para este fim destinado, e, na falta desse estabelecimento, ficam sob tutela das pessoas que, voluntária e gratuitamente, se encarregam da sua criação.

#### *Secretaria Especial dos Direitos Humanos*

Resolução nº 08/2004

Décima quinta cláusula – Recomendação 3: “Recomenda-se que sejam destinados recursos específicos para programas de convivência familiar e comunitária e para *prevenção do abandono*, violência e trabalho infantil”.

### I.3 - PROPOSTA DE ESTUDO

Assistir e ler reportagens como estas ilustrativas no início do trabalho, causaram em mim inquietação, desconforto e curiosidade. Isto provocou em mim busca por informações que pudessem me levar a compreender estes atos de abandonos.

No entanto gostaria de ressaltar, que em minha busca encontrei muitos estudos, pesquisas e teorias acerca da relação mãe-bebê, repercussão do filho na mulher durante a gestação, questões relativas ao aborto, ao abandono de crianças e até filicídio do bebê ou criança, relacionados com depressão pós-parto. Porém, não encontrei trabalhos desenvolvidos acerca de abandono de recém-nascidos, momentos após do parto. Por isto, torna-se relevante este estudo teórico na medida que visará compreender os aspectos psicológicos envolvidos nestes abandonos.

Entretanto se nos atermos a estas reportagens transcritas no referido trabalho, poderemos notar que se trata de algo que ocorre no momento do parto. Estas mulheres mantêm a gestação, muito provavelmente durante os nove meses. E momentos após o parto abandonam seu filho recém-nascido há poucas horas. Porém, este abandono agravado pelas condições que se dão: *“O bebê estava enrolado em uma manta em um terreno baldio..”*; *“...encontrou a recém-nascida no chão, nua, ainda com parte do cordão umbilical.”*; *“...os PMs encontraram a criança sem roupas e ainda com o cordão umbilical.”*; *“a menina foi encontrada ainda com o cordão umbilical, ensangüentada e enrolada numa toalha, dentro da sacola.”* e *“Ainda com o cordão umbilical enrolado no pescoço, um recém nascido foi enterrado vivo...”*.

Selecionar leis referentes ao abandono de recém-nascidos, refere-se a visualização das opções concretas que a mulher tem, quando não quer seu filho. Fica claro que o ato dessas mulheres das referidas reportagens configura-se crime. No entanto, não é crime encaminhar seu filho para adoção ou solicitar a perda do pátrio poder. Há também, a opção do parto anônimo, no qual ainda no hospital a criança é encaminhada para adoção sem qualquer exposição da mãe e de sua identidade.

Já na história, na tentativa de evitar tais acontecimentos de abandono, a sociedade e o governo disponibilizavam nas Santas Casas de Misericórdia acolhimento a essas crianças através da Roda dos Expostos:

*“Dispositivo instalado na parte lateral ou frontal das Santas Casas de Misericórdia. Consistia num cilindro que unia o interior da Santa Casa à rua. Era aberto num de seus lados, onde a criança era depositada, para em seguida ser girado sobre seu próprio eixo, levando a criança para dentro dos muros, quando então o “expositor” tocava uma sineta para avisar à rodeira que uma criança havia sido exposta. Foram instalados no Brasil ainda no período Colonial, atravessaram o Império, chegando a República. A última Roda foi desativada em 1950.” (MOTTA, pg 53)*

Este trabalho se torna relevante mediante a atual e freqüente incidência de casos de abandonos que comprometem a vida do bebê. Considerando que atualmente possuímos um sistema organizado de adoções e grande número de casas que acolhem aqueles bebês rejeitados por suas mães. Porque muitas mulheres não buscam estes recursos disponíveis e acabam por abandonar seu filho logo em seguida? O que ocorre com estas mulheres que não podem exercer a maternagem?

Em primeiro lugar, estas mulheres que abandonam seu filho assim que nascem, podem ser chamadas de mãe? Segundo definição do Mini Dicionário Luft, “*mãe* é aquela mulher ou fêmea que *deu a luz a um ou mais filhos*, mulher generosa e carinhosa”. Entretanto, com este estudo dos aspectos psicológicos iremos rever esta definição, considerando que para a psicologia mãe não é apenas aquela que dá a luz, mas quem consegue estabelecer relação de cuidado.

Este trabalho terá por objetivo realizar um estudo teórico dos aspectos psicológicos relevantes que estariam associados ao abandono específico de recém-nascidos, para isto o desejo de ser mãe e o desejo de ter um filho para uma mulher devem ser tratados de forma diferenciada.

Desejar ser mãe e desejar ter um filho são desejos construídos em tempos diferentes. Desejos estes que carregariam toda a história da fantasmática infantil tecida pelo ser humano ao longo de sua existência. No texto sobre feminilidade, Freud (1932) diz:

*“Se, no decurso desse desenvolvimento, não se perdem demasiados elementos através da repressão, essa feminilidade pode vir a ser normal. O desejo que leva a menina a voltar-se para seu pai, sem dúvida, originalmente o desejo de possuir o pênis que a mãe lhe recusou e que agora espera obter de seu pai. No entanto, a situação feminina só se estabelece se o desejo do pênis for substituído pelo desejo de um bebê, isto é, se um bebê assume o lugar do pênis, consoante uma primitiva equivalência fálica.”(pg 157)*

A partir dos anos 60, com a flexibilização dos códigos que regiam a liberdade sexual para as mulheres e com a descoberta do processo de fecundação (que levou à produção de métodos eficazes de contracepção), a procriação – do ponto de vista simbólico – foi lançada, definitivamente, na esfera do conflito entre o desejo inconsciente de filho e o querer, fruto de uma programação consciente.

Motivações diferentes podem estar presentes no desejo de maternidade, nos fazem pensar em uma compensação fálica, outras, em expiação de culpa, outras, em uma busca de imortalidade, outras ainda motivadas pela condição de desamparo. No entanto, considerando estas mulheres que abandonam seus filhos recém-nascidos. O que as motivaria a dar continuidade a gestação e tão logo, abandonar seus filhos?

Para Sales (2000), as preocupações da mulher, as exigências da maternidade ante o filho, girariam em torno de uma trilogia discursiva acerca: a) de sua própria mãe; b) dela mesma enquanto mãe; e c) do bebê.

*“Entendemos que a maternidade por vir (o estado de maior criatividade da mulher) é a fase onde a criatividade volta-se para dentro, sem visar à comunicação coerente e sintática com o mundo mas tendendo a translaboração da vivência de ser mãe e de ter sido filha um dia.” (Mello, pg 178)*

Sendo assim, vamos ao início: A gravidez é uma transição que faz parte do processo normal do desenvolvimento da vida de uma mulher. Envolve a necessidade de reestruturação e reajustamento em várias dimensões: em primeiro lugar, verifica-se mudança de identidade e uma nova definição de papéis – a mulher passa a se olhar e ser olhada de uma maneira diferente. No caso da primípara, a grávida além de filha e mulher passa a ser mãe; mesmo no caso da múltipara, verifica-se uma certa mudança de identidade, pois ser mãe de um filho é diferente de ser mãe de dois e assim por diante porque com a vinda de cada filho toda a composição da rede de intercomunicação familiar se altera.

A complexidade das mudanças provocada pela vinda do bebê não se restringe apenas às variáveis psicológicas e bioquímicas: os fatores sócio-econômicos também são fundamentais. Numa sociedade em que, principalmente nas áreas urbanas, a mulher costumeiramente trabalha fora, também é responsável pelo orçamento familiar e cultiva interesses diversos (profissionais, sociais, etc), o fato de ter um filho acarreta conseqüências bastante significativas. Privações reais, sejam afetivas ou econômicas, aumentam a tensão, intensificam a regressão e a ambivalência. A preocupação com o futuro aumenta as necessidades da grávida e intensificam sua frustração, gerando, raiva e ressentimento que a impede de se encontrar na gravidez. (Granato, 2000).

As mulheres grávidas se sentem invadidas por este bebê, que se desenvolve e cresce dentro de si. Elas sentem a segurança do que estão dando e fazendo, mas vivem incertezas frente a si mesmas, frente ao feto, frente ao marido e frente à vida. Este feto que cresce sem parar rumando ao inevitável parto, sem retorno e sem desvio. Isto é vivido pela mulher sob intensas ameaças, reais ou fantasiadas. A gestação é um período no qual as angústias persecutórias e depressivas se entrelaçam a reparações e gratidões, em que amor e ódio, vida e morte se apresentam como pólos do fenômeno que culmina no nascer.

*“O parto, como catalisador de todos os medos frente ao desconhecido, surge em todas as primigestas com as mais diversas roupagens, é o “ferro que arranca”, o “corte que rasga”, o “bebê-monstro” que invade e devora, carregando ansiedades arcaicas, chamadas impensáveis por Winnicott (1963), esquizo-paranóide por Klein (1946) ou de fragmentação por Bergeret (1974) e que se mesclam com angustias de perda ou separação, principalmente quando a data do nascimento se aproxima. O corpo da gestante, agora mais do que nunca, se torna a sede da vida. Centro de desejos, impulsos, necessidades e angústias, o corpo demanda satisfação e elaboração psíquica de suas vivências. É nele que tudo acontece.” (MALDONADO, pg 48)*

Kitzinger (1977) apud Maldonado (1984) comenta que na gravidez, o filho é muitas vezes sentido como parte do corpo da mãe e, por essa razão, o nascimento pode ser vivido como uma amputação. São comuns na gestação sonhos em que há perda de partes de si própria (membros, dentes, cabelo, etc). Após o parto, a mulher se dá conta de que o bebê é outra pessoa: torna-se necessário elaborar a perda do bebê da fantasia para entrar em contato com o bebê real. Esta tarefa torna-se particularmente penosa no caso de crianças que nascem com problemas graves ou com malformações extensas.

Os casos de abandonos transcritos são de bebês recém-nascidos saudáveis que sobrevivem a abandono em local ermo, enrolados em panos, sacos e por vezes nus, e na maioria dos casos ainda com o cordão umbilical. Para compreender estes casos de abandono elaborarei um trabalho teórico que visa analisar e responder quais as condições psíquicas que uma mulher precisa ter para exercer a maternidade. Que medidas profiláticas podem ser realizadas a fim de evitar o abandono de crianças?

Para isto, o trabalho compõe-se de três capítulos que visam abarcar a discussão da temática: 1) Histórico e contextualização cultural – Mito do Amor Materno, 2) Constituição da maternidade na mulher e 3) Experiência psicológica: gravidez, parto e puerpério.



## II - HISTÓRICO E CONTEXTUALIZAÇÃO CULTURAL – MITO DO AMOR MATERNO

Antes de tratar das condições que uma mulher necessita possuir para ser capaz de exercer sua maternidade é importante uma releitura histórica acerca da mulher e da maternidade.

Segundo a psicanálise, o desejo de um filho seria movido pelos fantasmas infantis da castração e do complexo de Édipo. No entanto, é importante considerarmos que querer um filho estaria atrelado a razões estabelecidas pela cultura, por exemplo: idade, relações conjugais, condição socioeconômica, exigências sociais, transmissão de valores, etc.

*“Diferentes motivações para o desejo de maternidade podem ser produzidas por modelos identificatórios estabelecidos, em diferentes épocas e culturas.” (CAMAROTTI, pg 45)*

Nas religiões da pré-história à Antiguidade egípcia e greco-romana encontra-se sempre associação entre fecundidade da terra e a imagem de uma mulher fértil, estabelecendo-se a equação mulher = mãe. Porém, estabelecer-se a equação feminilidade = maternagem, é questionável.

Inicialmente na tradição cristã, examinaremos as duas figuras básicas do feminino e da maternidade: Eva, a mulher tentadora, erotizada, que simboliza as forças perigosas e pecaminosas da mulher, é raramente pensada como símbolo de maternidade, embora, como primeira mulher, seja mãe de todos nós. Ao contrário, à idéia do erótico se associa à noção de castigo, da expulsão do paraíso. Eva torna-se o símbolo do mal. Por outro lado a exaltação da imagem materna liga-se a Maria, que concebeu sem pecado, ou seja, sem sexo; assim, a noção de pureza, da caridade, da humildade e da obediência liga-se à imagem de maternidade santificada, dissociada do exercício da sexualidade, condição “sine qua non” da possibilidade da redenção. (MALDONADO, 1984)

Desde muitos séculos, a fecundidade é tida como benção divina, ao passo que a infertilidade é tida como castigo. Em determinados períodos da História, a

necessidade da procriação torna-se particularmente imperiosa como, por exemplo, no século XVI, quando a peste negra dizima um terço da população europeia. Períodos como esse têm repercussões importantes na representação social da maternidade: em tais circunstâncias, uma prole grande significa promessa de renovação. E se a fecundidade é divina, divino é seu fruto e bendita é aquela que foi abençoada, que se encontra grávida. Mas o que acontece se aquela gestação não é bem vinda, se aquela mãe que deveria amar com todas as suas forças aquela criança não consegue sentir nada menos que ódio ou rejeição.

*“As revisões históricas sobre a maternidade realizadas por Kniebiehler e Fouquet (1980), Badinter (1980) e Áries (1975) abrem espaço para o questionamento da existência de um “instinto materno”, na medida em que mostram que a exaltação do amor materno é fato relativamente recente na história da civilização ocidental. No século XVI, na Europa, predominava o costume de confiar o recém-nascido a uma ama, que amamentava e cuidava da criança durante os primeiros anos de vida. O cuidado na escolha da ama era importante, pois acreditavam que pelo leite, transmitiam-se traços de caráter. Em 1780, o comissário de polícia Lenoir constatou que das 21.000 crianças que nasciam anualmente em Paris, somente 1.000 eram amamentadas pelas próprias mães. Nas famílias mais abastadas, costumava-se contratar a ama-de-leite para que permanecesse na casa da família; em classes menos favorecidas, havia o costume de enviar o bebê para a casa da ama, freqüentemente distante da casa da família, onde permanecia durante os primeiros anos de vida. Assim eram numerosas as crianças que morreram sem ter jamais conhecido o olhar da mãe. As que voltaram, alguns anos mais tarde ao teto familiar, descobriram uma estranha: aquela que lhes deu a luz.”(MALDONADO, pg 14)*

Todos esses fatos sugerem que, até o século XVIII, predominava uma conduta de indiferença materna. Maldonado cita Áries (1975), quando este autor explica que isto ocorre pelo alto índice de mortalidade infantil: se a mãe se ligasse profundamente aos bebês, sofreria intensamente, dada a grande probabilidade de perdê-los. No entanto, Badinter (1980) em “O Mito do Amor Materno” dá outra interpretação para este fato: os bebês morriam com tanta freqüência justamente em decorrência do desinteresse das mães. A partir destes autores modificou-se a idéia que a mulher era movida por um instinto materno que a mobilizava e a impulsionava a cuidar de seu filho com todo amor e carinho. O amor materno não é um instinto, porém um sentimento que, como todos os demais, está sujeito a

imperfeições, oscilações e modificações, podendo manifestar-se só com um filho ou com todos. A existência do amor materno depende não só da história da mãe como também da própria História.

*“O amor materno foi por tanto tempo concebido em termos de instinto que acreditamos facilmente que tal comportamento seja parte da natureza da mulher, seja qual for o tempo ou o meio que a cercam. Aos nossos olhos, toda mulher, ao se tornar mãe, encontra em si mesma todas as respostas à sua nova condição. Como se uma atividade pré-formada, automática e necessária esperasse apenas a ocasião de se exercer. Sendo a procriação natural, imaginamos que ao fenômeno biológico e fisiológico da gravidez deve corresponder determinada atitude maternal.” (Badinter, 1985, p.20)*

É interessante também recapitular um pouco a história do filho ilegítimo. Na idade Média, os nascimentos ilegítimos eram bastante aceitos, sendo a concubinação um evento comum. O filho ilegítimo não encontrava portas fechadas se o pai tivesse recursos para bem colocá-lo socialmente. A partir do século XVI, com a Reforma Protestante e a Contra-Reforma Católica, passou-se a exigir mais enfaticamente a castidade para os religiosos e a fidelidade para os casais. A situação de mãe ilegítima no século XVII agravou-se a ponto de tornar-se intolerável e difícil a situação de ter um filho ilegítimo. Muitas mulheres passaram a recorrer às práticas do aborto, do abandono e do infanticídio. (MALDONADO, 1984)

O abandono de crianças chegou a ser uma prática tão difundida que, no século XVII, começaram a surgir, na Europa, as primeiras instituições destinadas a acolher essas crianças. No Rio de Janeiro, a Casa dos Expostos ou Fundação Romão Duarte foi fundada em 1738 para receber as crianças abandonadas, a fim de proteger a honra da família colonial, escondendo, desta forma, os filhos ilegítimos. Quanto ao infanticídio, apesar de crime severamente punido, era amplamente praticado sob disfarce de “acidente”: como mostra Ariès (1975), comumente as crianças morriam asfixiadas na cama dos pais, onde dormiam.

A assistência ao parto também sofreu grandes modificações no correr dos séculos; até o século XVII, o parto era considerado “assunto de mulheres”: a

presença da parteira, com sua experiência, ajudava a criar um clima emocional favorável para a parturiente. Havia grande variedade de talismãs, orações e receitas mágicas para aliviar a dor das contrações. Além da parteira, a presença da mãe da parturiente era fundamental. Convém ressaltar que, nessa época, o índice de mortalidade infantil era bastante alto.

No século XVIII, quando se começou a enfatizar a importância da presença da mãe na transmissão dos fundamentos de educação e de religião, começou-se a estabelecer o costume de colocar a criança até sete anos sob a responsabilidade primária da mãe; a partir dessa idade, a criança passava a pertencer ao mundo dos adultos. As novas condições de vida econômica e política atraem cada vez mais o homem para fora de casa; torna-se, então, necessário delegar à mulher a função de educadora. A maternidade, até então uma função predominantemente biológica, passa a ter uma função social. No entanto Áries (1975) apud Maldonado (1984), diz que o conceito de infância e o respeito pela vida da criança desenvolveram-se somente quando começou o declínio da taxa de mortalidade infantil, o que justificava, segundo sua interpretação, esse investimento afetivo.

Como pudemos perceber, ao contrário do que se prega popularmente; a maternidade não é instintiva e sim, historicamente constituída.

A relação que se estabelece entre mãe e bebê, vai muito além deste par em si. E sim, da cultura, da sociedade e da família que esta mulher que está em vias de se tornar mãe, está inserida.

### **III – CONSTITUIÇÃO DA MATERNIDADE NA MULHER**

### “Acalanto para Deus menino”

“Pois meu Deus nasceu para penar,  
Deixem-no velar,  
Pois está desvelado por mim,  
Deixem-no dormir,  
Deixe-no velar,  
Não há pena em quem ama,  
Como não penar.  
Sono é ensaio de morte  
Que um dia há de vir.  
Silêncio que dorme.  
Cuidado que vela.  
Não, o despertem, não.  
Sim, despertem-no, sim.  
Deixem-no velar,  
Deixem-no dormir”.

Juana Inês de la Cruz

No capítulo anterior pudemos observar que a concepção de maternidade e o como a mãe se relaciona com seu bebê, variou muito de acordo com os tempos.

Atualmente, vivemos numa era no qual a criança tem grande importância: “Sua majestade o bebê!”, sendo alvo de consumo, inclusive. Seja de vestuário, cuidados, escolas e métodos. Isto se deveu, principalmente, pela acentuada queda de mortalidade infantil. Passou-se a investir física e psiquicamente naquele ser tão frágil, que é o bebê.

Para tentarmos entender os processos psicológicos envolvidos no processo para que uma mulher torne-se mãe capaz de tecer cuidados mais elementares, fundamentais para o desenvolvimento adequado de um ser. Iremos buscar aquilo que se denota relevante à **constituição da maternidade na mulher**.

Freud postulou que a passagem para a feminilidade se daria pela substituição do desejo de ter um pênis, pelo desejo de ter um filho.

Achar que o filho seria a realização de um desejo fálico e que, pela gravidez, a menina obteria o falo paterno antes desejado, é uma via bastante conhecida da teoria freudiana. Para Freud (1932), a menina ao interpretar a ausência de pênis como castração deseja possuí-lo um dia. Acreditando que o pênis lhe foi negado pela mãe, a menina volta-se para o pai, esperando receber dele o que lhe falta. Assim, essa “inveja do pênis” marcará o desenvolvimento sexual da menina até a feminilidade, figurando como uma marca do psiquismo da mulher.

Inicialmente, ainda na fase pré-ediapiana, a menina construiria o desejo de “ser mãe”, fruto do processo de identificação com a mãe originária. Do tempo anterior à castração e movida por um amor obstinado, em que cobranças (por parte da filha) eram “...ilimitadas; exigem exclusivamente e não toleram partilha”. Para Freud, as brincadeiras de boneca seriam, por assim dizer, seu testemunho. Ao dramatizar o papel da mãe de sua boneca-filha, estaria a própria criança realizando este desejo.

*“Não é senão com o surgimento do desejo de ter um pênis que a boneca-bebê se torna um bebê obtido de seu pai e, de acordo com isso, o objetivo do mais intenso desejo feminino. Sua felicidade é grande se, depois disso, esse desejo de ter um bebê se concretiza na realidade; muito especialmente assim se dá, se o bebê é um menininho que traz consigo o pênis tão profundamente desejado. Com muita frequência, em seu quadro combinado de um bebê de seu pai, a ênfase é colocada no bebê, e o pai fica em segundo plano. Assim, o antigo desejo masculino de posse de um pênis ainda está ligeiramente visível na feminilidade alcançada desse modo. Talvez devêssemos identificar esse desejo do pênis como sendo, par excellence, um desejo feminino.” (FREUD, pg158)*

Já no Édipo, a menina construiria a fantasia de realização do desejo de ter um filho. A figura da mãe passaria a funcionar, depois da descoberta da diferença anatômica entre os sexos, na condição daquela a quem falta alguma coisa, e de quem a menina herdou este mal e, de quem, portanto, conviria se afastar.

Mergulhando, então, no universo da falta, a menina se colocar-se-ia em busca daquilo que preenche a falta no desejo da mãe. Dá se então o encontro fundamental e fundante da nova ordem – da cultura – e que interferirá

sobremaneira, daqui por diante, na ordem do desejo. É nessa nova organização, já sob os efeitos da castração e em uma atmosfera de profunda hostilidade com a mãe, que a menina formularia a fantasia de ter um filho com o pai, sem ainda se dar conta do perigo do incesto que ronda. Pai este o único capaz de repor aquilo que lhe falta (através de um filho), uma vez que já havia repostado para sua mãe – a maior rival. Aqui a problemática é da apropriação e da compensação conferida à equação simbólica pênis (falta) = filho.

Um filho vem, na maioria das vezes tamponar uma falta, e acelerar o processo de luto. Dependendo do sentido dessa falta, esse filho poderia vir embalado em uma maré de idealizações, mascarando ou compensando a solidão, a pobreza, a ausência de planos e perseguindo a ilusão de completude.

Falamos até agora do desejo de se ter um filho como equação simbólica (pênis = filho). No entanto, o desejo da maternidade pode ser motivado por condições anteriores à inveja do pênis. Freud (1932), como bem sabemos, afirmou que as mulheres não poderiam ter angústia de castração e que no lugar desta, sobreviria à angústia da perda de amor, que é um prolongamento da angústia do recém-nascido de que sua mãe lhe falte.

Camarotti (2002) seleciona diversos autores que dão seu parecer a cerca da constituição da maternidade. Danielle Quinodoz, considera que na menina não existe angústia de castração no sentido freudiano, quer dizer angústia de ser amputada do sexo masculino, existe um equivalente: angústia de ser amputada do sexo feminino. Diz ela: “Pode-se pensar a falta do pênis como uma vantagem de ter um sexo feminino e de ter que desejar acolher e não possuir o pênis de um parceiro (...) na sua rivalidade com a mãe para conquistar o pai à menina teme ser amputada de seus órgãos sexuais femininos e não de um pênis. Esta ameaça de sua feminilidade pode tomar diversas formas: sentimento de incapacidade de ser sedutora, impossibilidade de engravidar biologicamente ou simbolicamente, inibição ao orgasmo ou uma infertilidade psíquica.” Litza Guttieres – Green, contribui esta discussão dizendo que: “A angústia de castração corresponde, então, para os dois sexos, ao medo de perder um poder mais do que um órgão (...) se definimos a angústia de castração como o medo geral de perder os

atributos de seu próprio sexo, inclusive a capacidade de se reproduzir – então como uma angústia simbolizando a perda do falo e não o órgão mesmo – na mulher ela vai se manifestar em relação a: perda da beleza e sedução, fontes de poder sobre homens; perda da capacidade de gozo; esterilidade e a perda das capacidades procriadoras no momento da menopausa”. Monique Bydlowski, alerta para o fato de que força do laço imaginário à mãe pré-edípica, ingrediente indispensável à filiação feminina, foi freqüentemente negligenciada pela Psicanálise. “Tornar-se mãe supõe um compromisso de apego à mãe fonte de vida e ternura”. Já Sylvie Pragier, afirma que algumas mulheres tentam se identificar à imagem de uma mãe plena e cheia e que é uma falicidade materna o que elas procuram, mais do que um pênis.

*“M. Bydlowski (1998) diz que há duas maneiras para a mulher ascender à posição materna: a) da sombra materna, que apontaria para a necessidade de essa mulher ter de forma imaginária uma figura idealizada de mãe, oriunda dos tempos iniciais da vida, aquela dos primeiros cuidados, fonte da vida e da ternura. Condição esta propicia a uma reconciliação e b) a questão em torno da dívida da vida; diz ela ”a vida não é um presente gratuito, mas carrega em si a exigência de transmitir essa que lhe foi dada”. A fim de reconhecer essa dívida, que poderia ser paga ou não com a procriação, a mulher precisaria admitir, por identificação, que haveria algo de sua mãe em si mesma. Mãe esta, nesse momento, necessariamente representada como insuficiente, frágil e perdedora, em condições de fazer renúncias e aceitar perdas.” (Sales,pg 33)*

Na tentativa de compreender “desejo de maternidade”, Camarotti (2002) sugere que pensemos no desejo da duplicação narcísica com vistas à imortalidade e, também, na angústia de desamparo. Ao modelo de desamparo, pode-se pensar que a criança, diante do sentimento de desamparo e imagem de impotência perante o adulto, lançaria mão de saídas narcíseas. O menino pela sexualidade, recorrendo ao atributo fálico que é dado ao seu órgão genital. A menina pela sua capacidade de procriar.

*“À menina é dito que, por sua condição de fêmea, um dia terá um bebê na barriga como sua mãe. Ela verá nessa possibilidade de procriar, um meio de superar sua imagem de impotência.*



*O desejo de maternidade estaria associado ao desejo de superação da impotência e, portanto, à condição de desamparo.” (Camarotti, 2002, pg 44)*

Em relação ao desejo de imortalidade e o desejo de maternidade, Bydlowski apud Camarotti (2002) vai dizer que (...)”em matéria de filiação humana, uma dívida de vida inconsciente encadeia os sujeitos a seus pais, a seus ascendentes. Para aqueles, o dever de gratidão desta dívida de existência, é o pivô da atitude de transmitir a vida”.

Na gestação identificamos o processo do narcisismo como fenômeno propulsor, na medida em que este se sustenta, em termos de investimento, sob o princípio de uma desvalorização do mundo exterior e um superinvestimento em si mesma, um momento, ou um tempo, em que se viveria, primordialmente, em causa própria.

Bydlowski apud Sales (2000), avançando um pouco mais neste fundamento, concebe que toda essa loucura, ou melhor, que o mote desencadeador desse super investimento narcísico, durante a gestação, se devia, em grande parte, à natureza, à qualidade e a potencia do filho enquanto objeto psíquico, na sua condição imaginária e/ou real. Inicialmente, a criança é uma idéia simplesmente, sustentada por percepções sensoriais. Mas o novo investimento ainda assim permitido é narcísico, ou seja, em si mesma, e visa, portanto um objeto pertencente à própria pessoa. Ele invade o psiquismo da mulher numa tal intensidade que nenhuma realidade exterior tem condição de concorrer. Portanto todas as temáticas estrangeiras a esta invasão narcísica são desinvestidas. Este desinvestimento de temas estrangeiros frente à nova condição física e psíquica explica a emergência de fantasmas, de representações e de memórias.

Parece que as pessoas, na tentativa de se defender da responsabilidade sobre uma decisão e diante da atroz ambivalência entre desejar e querer ter um filho, esquecem todas as lições de contracepção. Quando o filho rompe com a condição imaginária e se faz real é que a ambivalência emerge com toda a sua potência.

Mello (1972) diz da criatividade voltada para dentro como propiciadora de um confronto entre o estado de ser mãe com a experiência de ser “criatura-criadora” e caracteriza o viver deste momento onde ser mãe é o conteúdo manifesto de um fenômeno cujo latente é ser filha, de contato com o arquétipo de mãe. A vivência gestante-mãe nutridora é o conteúdo manifesto de um acontecer psíquico cujo conteúdo latente é a experiência de gestado-filho-nutrido. Durante a gestação a mulher, através da falência do recalçamento acima referido, pode preparar-se para uma maternidade sadia pela elaboração daqueles conflitos pré-genitais e edípicos que trazem em seu bojo o filicídio.

Mello (1972) conclui que, *“de acordo com o sucesso dessa elaboração pela mãe, depois do nascimento do bebê seus impulsos filicidas serão mais, ou menos, reativados tendo como ponto de partida a representação que a relação simbiótica mãe-filho adquire para cada parceiro.”* (pg 184)

*“Monique Bydlowski (1998) define como transparência psíquica essa modalidade particular de funcionamento do psiquismo materno, na qual a eficiência habitual do recalçamento se vê reduzida, permitindo a emergência de conteúdos psíquicos recalçados, relativos a experiências e fantasias infantis; esse estado é “marcado por um super investimento da história pessoal da mãe, com uma plasticidade importante das representações mentais centradas sobre uma inegável polarização narcísica” (Golse e Bydlowski, 2002). Muitas vezes, a expressão desses fantasmas se dá através de sonhos; outras vezes se denuncia pelas bruscas e intensas oscilações emocionais manifestadas pelas gestantes, com sentimentos agudos de tristeza ou euforia aparentemente inexplicáveis. (Aragão apud Bydlowski, pg 93)*

A gravidez inaugura a experiência de um encontro íntimo da mulher consigo mesma; é a sua capacidade ou não de erotizar uma parte ainda interna a si mesma. O embrião configura para a mãe, inicialmente, um estrangeiro, um outro dentro de seu próprio corpo. A repetição de abortos espontâneos, provocados pela rejeição do embrião pelo organismo materno, como um objeto estranho, da mesma forma que na rejeição de órgãos transplantados são exemplos da rejeição do corpo a este “ser invasor”. Para que a gravidez prossiga, é preciso que haja uma adaptação imunológica entre o organismo da mãe e o embrião, mas em

alguns casos o organismo materno tem dificuldade em diferenciar a gravidez de uma doença, interpretando-a como uma agressão e produzindo substâncias para interrompê-la. A chave do problema está na maneira como o organismo materno interpreta as informações genéticas paternas presentes nas células do embrião. É preciso assim que o organismo materno faça leitura do embrião como uma gravidez e não como um corpo estrangeiro a ser rejeitado, para que a gestação possa dar prosseguimento.

O bebê pode ser percebido como um invasor, ameaçador. Sabemos também que para mães psicóticas o bebê pode nem chegar a ser percebido como um outro, nos casos em que a negação da gravidez persiste até o momento do parto. Este dado se torna extremamente relevante nos questionamentos deste trabalho (abandono de recém-nascidos), considerando que é no momento do parto que estas mães abandonam seus filhos.

*“De certo modo, tornar-se mãe é reencontrar sua própria mãe. Mais ainda, a gestação seria o tempo necessário para aceitar essa nova situação que envolve ligar-se, para o resto da vida, com um desconhecido, fonte de angústia, como o vazio. Trata-se então de realizar o trabalho de transformar esse estrangeiro em familiar. Durante a gravidez, a criança tem um duplo ‘status’: está ao mesmo tempo presente no interior do corpo da mãe e em seus pensamentos conscientes e inconscientes, mas ausente na realidade visível, assim só podendo ser objeto das “interações fantasmáticas”, nas quais o que está em jogo são essencialmente os conteúdos psíquicos da mãe, em torno desse objeto ainda eminentemente narcísico que é o bebê, que existe sem existir.”*  
(Aragão, 2004, pg 95)

É necessário “enterrar” esse bebê narcísico – ela mesma, o bebê imaginário de sua própria mãe – para dar lugar a um outro bebê, esse agora o seu próprio bebê, sendo um outro que não ela mesma.

No trabalho psíquico materno que consistirá em transformar o estrangeiro em familiar, é necessário que a mãe construa antecipadamente o eu do bebê, na espera desse encontro imprevisível e eventualmente perturbador. É o que Piera Aulagnier apud Aragão (2004) chama de construção do ‘eu (je) antecipado’, primeiro capítulo da história do ‘infans’ a vir. Em seu texto *Nascimento de um corpo, origem de uma história* (1999), Aulagnier pergunta: “o que representa o

corpo do 'infans' para esta mãe suposta esperá-lo para acolhê-lo? [...] Aquele que provaria a ela a realização de seu desejo de ser mãe? A última elaboração do objeto de um longo sonho começado em sua própria infância? Ela encontra um corpo, fonte de um 'risco' relacional [...] encontro que vai exigir uma reorganização da sua própria economia psíquica, que deverá beneficiar esse corpo do investimento do qual gozava até então o único representante psíquico que o tinha precedido", representante psíquico que ela chama de 'Eu [je] antecipado'.(Aragão, pg 99)

Segundo Piera Aulagnier apud Aragão (2004) o 'Eu antecipado' insere assim a criança num sistema de parentesco, e sua imagem corporal porta em si a marca do desejo materno. Como condição para a preservação da vida psíquica a existência de um meio ambiente psíquico que respeite exigências tão incontornáveis quanto as necessárias para a preservação da vida somática. Isso exige da mãe que organize e modifique seu próprio espaço psíquico, "de maneira a corresponder às exigências da psique e do 'infans'". (Aragão, pg 99)

Assim, após nos depararmos com diversas visões e teorias acerca daquilo que compreende os mecanismos envolvidos na **constituição da maternidade**. Torna-se evidente que estas mulheres que abandonam seus filhos recém-nascidos praticaram tal ato, por haver alguma dificuldade da ordem da sua possibilidade de investimento em um outro que não ela, não puderam dar continuidade ao investimento após o nascimento. Mas deixarei nossas hipóteses para mais tarde, no final deste trabalho.

#### **IV - EXPERIÊNCIAS PSICOLÓGICAS: GRAVIDEZ, PARTO E PUERPÉRIO**

"Dorme, minha pequena, não vale a pena despertar.  
Eu vou sair por aí afora, atrás de aurora mais serena."

Chico Buarque de Holanda

Estas mulheres que abandonam seus filhos recém-nascidos, por motivações obscuras, mantêm a gestação. E no momento em que este bebê se torna real através do parto, parecem se ver impossibilitadas de exercer a maternidade. Por isto, este capítulo se torna relevante à medida que visa compreender os processos psicológicos envolvidos na gestação, no parto e no puerpério. Parece que as explicações daquilo que motivou estas mulheres a abandonar seus filhos estariam diretamente relacionadas a esta passagem entre gestação, parto e puerpério. Ser imaginário e ser real.

Para isto, vamos nos aprofundar nas experiências psicológicas da gestação, do parto e do puerpério.

Muitas histórias antecedem a chegada do bebê na família e influenciam bastante o seu desenvolvimento futuro, pois antes mesmo de nascer ele já existe no inconsciente materno enquanto objeto de desejo, inserido ou não nos projetos parentais. Durante a gravidez, a mulher vive um *estado narcísico e fusional*, em que o bebê é vivido psiquicamente como parte de seu corpo. Este seria o “bebê imaginário”, como diria Levivici e Soulé apud Camarotti (2000), isto é, um bebê idealizado, portador de sonhos e devaneios maternos; de valores que são transmitidos de geração a geração.

Piera Aulagnier apud Camarotti (2000) contribui para esse tema dizendo que durante a gravidez existe uma relação imaginária na qual o bebê é representado como um “corpo imaginado” com todas as características de um bebê completo e não de um embrião, sendo nesse “corpo imaginado” que a libido materna investe.

Durante e depois da gravidez a mulher sofre mudanças tanto biológicas como psíquicas que preparam para compreender e satisfazer as necessidades do feto e recém-nascido. Isso para o bem-estar e equilíbrio de ambos. Esse estado de regressão narcísica, que Winnicott denominou de “preocupação materna primária”, vai possibilitar que a mãe possa amar e nutrir seu bebê sem se sentir libidinalmente vazia.

M. Bydlowski (1997) apud Sales (2000), mergulhado na pesquisa sobre a natureza dessas alterações psíquicas, comunga da tese que “a gravidez é o

momento de um estado psíquico particular, um estado de susceptibilidade ou de transparência psíquica aonde os fragmentos do inconsciente vem à consciência”. Continua ela “podemos explicar assim porque a problemática das mulheres (grávidas) normais foi considerada como patológica. A intensidade com que ressurgem certos fantasmas regressivos e o afluxo de memórias infantis expressa sobre um modo nostálgico contrastam com a ausência de um discurso racional sobre a realidade do feto. Este afluxo regressivo e memorativo de representações testemunham a transparência psíquica característica deste período da vida.”

É interessante notar que, na escuta de mulheres grávidas e cuja gravidez transcorre em um clima de absoluta “tranquilidade”, mesmo assim é recorrente o tema das alterações de suas sensações orgânicas que vão do enjôo (por alimentos, pelo marido), às dores (de cabeça, no ventre), às alterações no apetite e no paladar (com vontade de comer coisas estranhas em horas mais estranhas ainda, ou inapetência); do sono (com uma sonolência ou insônia), dos sonhos (como se fossem realidade), da disposição à apatia. (Sales, 2000)

Segundo Aragão (2004), podemos pensar na gravidez como um estado que produz uma alteração radical dos referenciais, já materializados pelas mudanças corporais, mas também pela mudança de lugar na cadeia de filiação, da passagem do lugar de filha para o lugar de mãe. A vertigem, fenômeno que ocorre em pacientes agorafóbicos, é também freqüentemente experimentada pelas gestantes, sobretudo no início da gravidez.

*“Assim, tomando emprestada a compreensão de Gama e Berlinck sobre essa manifestação da agorafobia, poderíamos do mesmo modo considerar a hipótese de que uma perda (ou uma alteração) de referenciais externos. São as perdas de pilares de sustentação egóicos os responsáveis por esta aparente desorganização externa”.* (Aragão, 2004, pg 97)

O estado narcísico e fusional da gravidez é interrompido pelo parto. O nascimento do bebê impõe uma separação corporal que é, em um certo sentido, traumático tanto para a mãe como para o filho. Durante a gestação, a mulher vai

aos poucos integrando o feto à sua imagem corporal e com o nascimento vai ter de integrá-lo psicologicamente como um ser separado.

De acordo com Therese Benedeck apud Camarotti (2000), o traumatismo dessa separação corporal é amenizado pelo processo de maternagem, pois mesmo após o nascimento continua uma “gestação psíquica” quando a mãe, por meio de sua capacidade de *rêverie*, funciona como continente e organizador psíquico para o seu bebê. É por meio da alimentação e dos outros cuidados que a mãe dispensa ao filho que essa relação é restabelecida. Ao pegar o bebê e colocá-lo no seio, a mãe proporciona o suporte corporal e psíquico, que se confundem nesse momento.

No entanto, estas mães que abandonam, assim que seus filhos nascem. Não tem a possibilidade de reparar este traumatismo desta separação corporal. Vivenciam tão intensamente esta ruptura que não suportam estabelecimento de relação com seu bebê. Comumente esta ruptura (parto), lança a mulher a um estado de vulnerabilidade, sendo recorrente o excesso de somatizações, a tristeza, o choro, a insônia, os medos, a raiva, etc. Estados estes, que neste momento (puerpério), preocupa-nos, tendo em vista que ela atinge a disposição da mãe tanto para cuidar de si mesma quanto mais investir afetivamente em um bebê.

*“Freud referiu-se ao parto como um acontecimento somático de profundas repercussões psíquicas. Disse ele: “O processo do narcisismo é a primeira situação perigosa, e o ‘terremoto’ econômico por ele produzido se constitui no protótipo das reações de angústia...”* (Camarotti, 2000, pg 28)

Winnicott (1956), no artigo “Preocupação Materna Primária”, chama a atenção para um estado “...muito especial da mãe...um estado de sensibilidade aumentada durante e, especialmente, no final da gravidez”; para ele, “...somente quando possui uma sensibilidade deste tipo, que estou descrevendo, é que uma mãe pode sentir como se estivesse no lugar do bebê e desse modo responder às necessidades do bebê”. Esse estado, mesmo que próximo de um “episódio esquizóide” e, portanto, de uma “condição psiquiátrica”, seria na verdade

uma"...'doença normal' que capacitaria as mães a se adaptar delicada e sensivelmente às necessidades internas do bebê"; ou seja, que lhes conferiria a condição precisa, para o exercício da maternagem.

*"D. Stern (1997) afirma que: "...com o nascimento do bebê e mais particularmente do primeiro ano, na mãe se instala uma organização psíquica muito particular que chamo de constelação materna. Esta constelação, na medida em que organizadora psíquica, determina uma nova configuração de comportamentos, de suscetibilidades, de fantasias, de medos e de desejos"."*  
(Sales, 2000,pg 29)

Parece que é uma "loucura" produzida pela presença do filho real, fruto da cruel ambivalência entre o desejo e o querer, produto do imaginário que se faz real e , em que, os estados alterados – das mães – se impõem de maneira implacável.

Nascer é um momento intenso, repleto de surpresas, e uma pessoa disponível psiquicamente, com o objetivo de apreender o clima emocional da situação, pode tornar-se cúmplice das emoções despertadas.

A experiência do nascimento de um filho desorganiza a identidade da mãe. O parto é um momento de contato com as angústias primitivas de desintegração, e a mulher que dá a luz tem a difícil tarefa de juntar os pedaços que foram desconjuntados ao separar-se de seu bebê e, de alguma forma, dela mesma e de sua identidade anterior à concepção desse filho. Embora a gravidez prepare o terreno, é no momento do nascimento que o fato de tornar-se mãe desse novo ser é tomado enquanto realidade. O parto é um acontecimento traumático, no qual a mulher se vê diante do desconhecido e violento processo de separação. Dominada pelo corpo, encontra-se em um estado de extrema sensibilidade, regredida a funções primitivas que reeditam antigas fantasias infantis. Entra então em contato com a mulher arcaica, que é uma parte desconhecida e poderosa dela mesma. A especificidade psíquica desse momento torna-a especialmente sensível a mensagens não-verbais, como vibrações de ternura, desaprovação e aceitação dos que a cercam.

Quando as implicações psíquicas do processo de gestar e dar à luz a um bebê não são devidamente reconhecidas e entendidas pela equipe de



profissionais envolvida, a mulher pode sentir-se e perceber-se em um estado de desamparo psíquico importante. Em uma pesquisa nomeada “Novas tendências – o psicólogo na sala de parto”, Levandowski sugere a presença do psicólogo no momento do parto, pois este momento seria assim como descrito anteriormente, momento de ruptura, de fragilidade e vivido como desintegrador psíquico da mulher. A presença e acolhimento deste profissional seria de fundamental importância para esta mãe poder voltar-se ao seu bebê e investir no mesmo.

Se estas mulheres que abandonam seus filhos tivessem acompanhamento profissional no momento do parto, realizariam tal ação? Através das reportagens não dispomos de muitas informações, mas parece que todas não dispuseram de auxílio profissional, muitas realizaram o parto sozinha ou com auxílio do pai da criança. A chave para compreender o abandono de recém-nascidos em local ermo, estaria relacionado com o parto?

Dar à luz é reviver seu próprio nascimento, reatualizar antigos sentimentos de separação e fantasias primitivas associadas a importantes mudanças físicas e psicológicas. A partir do nascimento, pela separação do bebê de sua mãe, experimenta-se a angústia e o medo de separação. Quando excessiva essa sensação pode ser vivenciada como um temor trágico de abandono e desamparo. A angústia aparece porque a separação é sentida não apenas como perda do objeto, mas também como perda de uma parte do próprio ego que iria junto com o bebê que nasce. No momento do parto, a mãe reatualiza esses antigos sentimentos e é possível que se sinta tão desamparadamente dependente como um bebê, identificando-se com o feto que carrega no ventre.

*“Quando as angústias da mãe são muito fortes, e esta não é ajudada a digeri-las, torna-se difícil para ela conter seu bebê. Quando o ambiente falha na função de depositário das projeções ansiosas e agressivas da mãe, a criança poderá tornar-se alvo delas. Não existindo um terceiro para receber esse sofrimento, é o bebê que poderá representar esse papel, com todos os riscos que isto comporta para sua saúde e seu desenvolvimento psicológico.”( LEVANDOWSKI, pg 42)*

O primeiro mês do puerpério é o período crucial da maternidade, pois a mãe sente falta do bebê dentro dela. Este início é fundamental para que a mãe

organize seu esquema corporal sem o feto. Estes primeiros momentos da mãe com o bebê são decisivos para a definição dos papéis de mãe e de filho. Se aquela não puder ser o continente psíquico das angústias deste, à semelhança do continente físico que já foi, só lhe restará a angústia sentida em relação ao vazio deixado no conteúdo físico.

*“Quando existe entre mãe e bebê um vínculo emocional profundo em que este mergulhado em necessidades corporais e também psicológicas, precisa contar com um objeto externo no qual possa derramar suas angústias. Tendo a mãe capacidade emocional, poderá vir a exercer uma função continente, absorvendo, recebendo, contendo, metabolizando e recondificando sensações para o bebê. O conjunto desse interjogo psíquico é a denominada capacidade de rêverie da mãe, que se constitui para Bion em um estado mental no qual esta seria capaz de acolher as projeções de seu bebê, como uma espécie de receptáculo. A função da mãe seria tornar toleráveis à criança situações que para ela, ante o seu funcionamento mental primitivo, são caóticas.” (LEVANDOWSKI , pg 41)*

Ao que tudo indica estas mães que abandonam, não puderam tornar suportáveis estas projeções de seu bebê. Vivenciadas de maneira tão intensa e catastrófica praticam atos que não só afastam o bebê, mas os colocam em risco concreto de vida.

## V - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por quê uma mulher abandona seu filho recém-nascido? O que ocorre que esta mulher se vê impossibilitada de ser mãe e exercer sua maternidade? Foi em busca destas perguntas que desenvolvi este referido trabalho. É importante ressaltar o caminho que percorri, considerando que os capítulos: **Histórico e contextualização cultural – Mito do amor materno, Constituição da maternidade na mulher e Experiências psicológicas: gravidez, parto e puerpério.**

Para compreender as atitudes destas mulheres é importante olharmos para a história e verificar que nem sempre a criança teve seu lugar na sociedade, que a mortalidade era tão grande que esperava-se a criança tornar-se grande para muitas vezes dar um nome. As relações de mãe e filho nem sempre foram como é hoje e isto torna-se relevante a medida que popularmente há uma crença no amor materno. É como se a mulher nascesse com instinto de amar e cuidar de seu filho, preservando o bem estar do mesmo.

No entanto a mãe ao se deparar grávida sente em relação a seu filho ambivalências. Mesmo nas condições mais idealizadas de gestar, a mulher possui sentimentos contraditórios em relação a seu filho.

Mas vamos diretamente as perguntas deste trabalho: Que aspectos psicológicos estão envolvidos no abandono destes recém-nascidos?

O desejo de se ter um filho estaria relacionado a inúmeros fatores. Um deles seria considerarmos a gestação como equação fálica, a mulher ao tornar-se mãe estaria reparando aquilo que sempre faltou, que lhe foi tirado (pênis). Por

este aspecto poderíamos pensar que a mãe que abandona seu filho age de maneira a negar esta falta original, que na presença real deste bebê que se dá no momento do parto, encontra maneiras diversas para se livrar desta presença, como exemplificado nas reportagens. Para estas mulheres que abandonam em locais de altíssima periculosidade, poderíamos pensar que a falta é negada com tal intensidade que justamente no momento da completude (nascimento do bebê real), a mulher transfere para seu bebê toda esta raiva, expondo a criança a sérios riscos de vida.

Outra questão que se torna relevante é um estudo de que mulheres psicóticas não entrariam em contato com o bebê que se desenvolve como feto, como que não considerando sua presença, negando o outro, percebendo-o apenas no momento do parto. Não sabemos as reais condições destas mulheres retratadas na reportagem, mas é interessante pensar que estas mulheres parecem se deparar com esta criança apenas no momento do parto. Muitas, pelos relatos da reportagem, além de não terem assistência profissional no momento do parto, parecem nunca terem entrado em contato com a gravidez anteriormente e não sendo assistida por nenhum programa pré-natal. Levando estas mães a abandonarem seu filho como que afastando um invasor, um estranho.

Citei a questão da assistência ao parto, e neste quesito é importante lembrarmos que nenhuma destas mulheres foi assistida profissionalmente no momento do parto e no Capítulo: **Experiências psicológicas: gestação, parto e puerpério** pudemos notar que o momento do parto é catalizador de todas as angustias, momento no qual lança a mulher num estado de vulnerabilidade e esta situação atinge a disposição da mãe tanto para cuidar de si mesma quanto mais para investir afetivamente em um bebê. A experiência do nascimento de um filho desorganiza a identidade da mãe, o parto é um momento de contato com as angústias primitivas de desintegração e cabe a mulher unir os pedaços que ficaram de sua separação com seu filho. Levandowski, em seu texto “Novas tendências – o psicólogo na sala de parto”, sugere que é muito importante no momento do parto ter alguma figura que possa ser depositaria de todas as angustias neste momento, para que a criança neste momento não represente esta

figura. Possivelmente se estas mulheres que abandonaram seus filhos recém-nascidos tivessem um mínimo apoio, auxílio neste momento tão delicado que é o parto, possivelmente estas mulheres não tivessem depositado em seus filhos toda sua agressividade. A presença e o acolhimento deste profissional seria de fundamental importância para esta mãe poder voltar-se ao seu bebê e investir no mesmo.

Consideremos também, que para ter um filho é preciso amar o que somos, o que fomos e o que gostaríamos de ser, assim como aqueles que de nós cuidaram, para poder investir narcisicamente numa criança. Bydlowski (2000) apud Aragão (2004) assinala que em se tratando de filiação humana uma dívida de vida inconsciente liga o sujeito a seus pais, a seus ascendentes. Para que se dê a transmissão da vida, fundamento de todo nascimento, seria preciso assumir o reconhecimento dessa dívida de existência. Fica claro como a possibilidade de ser mãe está ligada a história de ter sido filha. No caso destas mulheres que abandonam, não temos dados de sua relação com suas mães, mas se considerarmos que para ser mãe adequadamente é necessário ter sido cuidada adequadamente como filha. Possivelmente, estas mulheres se viram impossibilitadas de serem mães. Até puderam gestar o bebê, mas ao se deparar com a criança real que necessitava de cuidados e investimento, abandonaram. E este abandono colocando a criança em risco extremo de vida.

Ao final deste trabalho, depois de entrar em contato com aquilo que já foi publicado relativo as condições que uma mulher precisa ter para ser mãe, nos deparamos com algumas hipóteses para compreender esse comportamento de abandono de recém-nascidos tão freqüente ultimamente. São hipótese, pois não entramos em contato com esta mulheres e não sabemos o histórico de vida muito menos o histórico da gestação.

Fica evidente que é fundamental apoio a gestante com pré-natal, no momento do parto ter auxílio profissional e como sugerido por Levandowski, ter aquele que possa ser depositário das angústias da mãe, para que o bebê possa ser investido adequadamente. Durante o pré-natal é importante o atendimento

médico, mas não apenas. O psicólogo vem se mostrando figura essencial neste período gestacional.

É importante, também a divulgação dos direitos das crianças, das mães e principalmente do parto anônimo, no qual a mãe ainda no hospital encaminha seu filho para adoção. É preciso reforçar o papel do Serviço Social nos hospitais, para que cada vez menos vejamos casos de crianças abandonadas em locais ermo.

Com certeza, o atendimento psicológico se torna imprescindível para que esta relação mãe-bebê se estabeleça saudavelmente, desde a gestação. Principalmente, nos casos nos quais fica clara uma desestruturação familiar em que a mulher fica desamparada nesta tarefa materna.

## **VI – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:**

ARAGÃO, Regina Orth, Narcisismo Materno e Criação do espaço psíquico para o bebê, *in* O bebê, o corpo e a linguagem/ Regina Orth de Aragão, (org), - São Paulo: casa do Psicólogo, 2004, - (Coleção 1ª infância/dirigida por Claudia Mascarenhas Fernandes).

BADINTER, E., Um amor conquistado: O Mito do Amor Materno. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

CAMAROTTI, Maria do Carmo, Maternidade: mitos e desejos, *in* O bebê e a modernidade: abordagens teórico-clínicas/ organizadoras Leda Mariza Fischer Bernardino e Cláudia Mascarenhas Fernandes Rohenkohl – São Paulo, Casa do Psicólogo, 2002.

\_\_\_\_\_, De braços vazios: uma separação precoce, *in* A clínica com o bebê/ organizadora Cláudia Mascarenhas Fernandes Rohenkohl. – São Paulo: Casa do Psicólogo, 2000.

FREUD, Sigmund, A Feminilidade, *in* Novas Tendências Introdutórias à Psicanálise, vol. XXII, 1932.

GRANATO, Tânia Mara Marques. Encontros Terapêuticos com gestantes à luz da Preocupação Materna Primária. São Paulo, 2000. 106p. Dissertação (Mestrado). Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo.

LEVANDOWSKI, Daniela Centenaro, Novas tendências – o psicólogo na sala de parto, *in* A clínica com o bebê/ organizadora Cláudia Mascarenhas Fernandes Rohenkohl. – São Paulo: Casa do Psicólogo, 2000.

MALDONADO, Maria Tereza Pereira. Psicologia da Gravidez: Parto e Puerpério. Petrópolis, Vozes, 1984.

MELLO, Janby Berndt de Souza, Maternidade, acalanto e filicídio. ALTER – Jornal de estudos psicodinâmicos. Setembro/dezembro – 1972 – vol II – nº 2.

MOTTA, Maria Antonieta Pisano, Mães abandonadas: a entrega de um filho a adoção. São Paulo: Cortez, 2001.

SALES, Lea Maria Martins, A “loucura” das mães: do desejo à realidade do filho, *in* A clínica com o bebê/ organizadora Cláudia Mascarenhas Fernandes Rohenkohl. – São Paulo: Casa do Psicólogo, 2000.

[www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u132763.shtml](http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u132763.shtml)

[www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u132325.shtml](http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u132325.shtml)

[www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u135586.shtml](http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u135586.shtml)

[www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u133707.shtml](http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u133707.shtml)